

12

Ação política e pedagógica intermunicipal - I fórum do programa inclusão em redes: ‘políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade’

Alessandra Andrade Cardoso
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA

[email](#) | [ORCID](#)

Recebido em: julho de 2024
Aprovado em: julho de 2025

 DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/198431782122025262>

 Esta revista está licenciada com uma *Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional*.

Os artigos publicados na Revista Educação, Artes e Inclusão passam pelo *Plagiarism Detection Software | iThenticate*

Ação política e pedagógica intermunicipal - I fórum do programa inclusão em redes: 'políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade'

RESUMO

O Programa Inclusão em Redes: políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade é uma iniciativa intermunicipal, originada de uma pesquisa do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Ele integra coordenações de Educação Especial das redes de ensino municipais da Região da Costa Verde/RJ que, de forma colaborativa, buscam transformar suas culturas, políticas e práticas. Uma das etapas do programa foi o I Fórum do Programa Inclusão em Redes que visou fortalecer a articulação descentralizada e em rede, com desdobramentos em ações concretas para a consolidação da inclusão em educação na região. Este artigo, fundamentado na Teoria Crítica da Sociedade, apresenta e analisa as políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência na região, detalhando a organização e execução do Fórum. As conclusões indicam que o Programa Inclusão em Redes, através da sua abordagem de pesquisa-ação e do trabalho colaborativo, representa possibilidades de democratização do ensino e a desbarbarização da sociedade, revelando potencialidades e fragilidades das instituições educacionais.

Palavras-chave: Educação especial; Políticas públicas; Trabalho colaborativo.

Intermunicipal political and pedagogical action - 1st forum of the inclusion program in networks: 'special education policies, human training and affirmation of diversity'

ABSTRACT

The Networked Inclusion Program: Special Education Policies, Human Development, and Affirmation of Diversity is an intermunicipal initiative that originated from research conducted in the master's program of the Graduate Program in Education, Contemporary Contexts, and Popular Demands (PPGEduc) at the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ). It integrates Special Education coordinators from municipal education networks in the Costa Verde region of Rio de Janeiro, which collaboratively seek to transform their cultures, policies, and practices. One of the program's stages was the 1st Networked Inclusion Program Forum, which aimed to strengthen decentralized and networked coordination, resulting in concrete actions to consolidate educational inclusion in the region. This article, based on Critical Theory of Society, presents and analyzes public policies for the inclusion of people with disabilities in the region, detailing the Forum's organization and implementation. The conclusions indicate that the Inclusion in Networks Program, through its action-research approach and collaborative work, represents possibilities for the democratization of education and the de-barbarization of society, revealing the strengths and weaknesses of educational institutions.

Keywords: Special education; Public policy; Collaborative work.

INTRODUÇÃO

As políticas educacionais na perspectiva da inclusão em educação estão em desenvolvimento no Brasil mediante a inserção gradativa dos sujeitos na escolaridade obrigatória, produzida conforme as necessidades do mercado e demandas da classe trabalhadora (Garcia, 2016). A influência enraizada da lógica capitalista, e todos os preconceitos e segregações que a acompanham, acaba por impregnar a educação especial de fragilidades e lutas pela inclusão. Destacamos também os pensamentos de Mantoan:

Se nosso objetivo é desconstruir esse sistema, temos, então, de assumir uma posição contrária à perspectiva da identidade “normal”, que justifica essa falsa uniformidade das turmas nas escolas. A diferença é, pois, o conceito que se impõe para que possamos defender a tese de uma escola para todos. (Mantoan, 2013, p.31)

Assim, a educação especial voltada para a inclusão dos estudantes com deficiência é uma ação político-pedagógica, cultural e social desencadeada pela defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos e com garantias de participação e aprendizagem, sem quaisquer tipos de discriminação.

Mendes (2006) já nos apontava para evidências de que precisamos ir além dos argumentos ideológicos, do romantismo, da ilusão de que será um processo fácil, barato e indolor, se quisermos avançar de fato em direção a um sistema educacional mais inclusivo. A autora enfatizou sobre as perspectivas da inclusão escolar na realidade brasileira que, não há possibilidades de construir uma escola inclusiva num país de tamanha desigualdade. No entanto, as perspectivas para mudança estão postas na lei, mas ainda não se traduzem devidamente em ações políticas.

Considerando o contexto histórico e político em que se apresenta a Educação Especial podemos destacar ações nas áreas social, política e educacional, apoiadas nos dispositivos legais que garantem os direitos das pessoas com deficiência. No entanto, os desafios nos âmbitos sociais, políticos e educacionais aumentam à luz de governos que não priorizam a democratização da educação e possuem políticas que, muitas das vezes, desvalorizam os indivíduos e suas diferenças. Essa postura não contribui, mas impede a emancipação humana.

A perspectiva adorniana sobre a emancipação e a crítica à antidemocracia (Adorno, 1995) se relaciona diretamente com a proposta do Programa Inclusão em redes, ao buscar a democratização da educação através da troca de experiências e da desconstrução de culturas, políticas e práticas segregadoras. O Programa está alinhado à defesa de Adorno (1995) pela promoção da autonomia e da reflexão crítica. De acordo:

Numa democracia, quem defende ideias contrárias à emancipação, e, portanto, contrários à decisão consciente independente de cada pessoa em particular, é um antidemocrata, até mesmo se as ideias que correspondam a seus desígnios são difundidas no plano formal da democracia. As tendências de apresentação

de ideais exteriores que não se originam a partir da própria consciência emancipada, ou melhor, que se legitimam frente a essa consciência, permanecem sendo coletivo-reacionárias. (Adorno, 1995, p.142)

Adorno (1995) nos adverte dos efeitos negativos de um processo educacional que não leve em conta a forma social em que a educação se concretiza. É um fato que, numa perspectiva de educação para todos e todas, não se pode acatar uma pedagogia segregadora das diferenças.

O I Fórum, nesse sentido, representou um espaço concreto para a materialização da desbarbarização, confrontando as limitações das políticas públicas locais e impulsionando a busca por uma educação que não perpetue e não reproduza práticas excludentes. Buscando esclarecer a importância de uma educação acolhedora e humana, Damasceno afirma que:

Podemos entender o movimento de inclusão escolar como ruptura do ideal totalitário presente na sociedade de classes. O que permitirá a experiência do convívio das diferenças no mesmo espaço escolar, por intermédio da educação inclusiva. Se contrapondo à manutenção da segregação que sistematizou escolas diferentes para pessoas diferentes. Portanto, caracterizando-se como oposição à manutenção da segregação, configurada até então como estratégia de manutenção do controle social instituído pelo sistema capitalista. (Damasceno, 2010, p. 25)

O autor nos convida então, a nos contrapor à manutenção de uma instituição escolar que, a exemplo da sociedade, tradicionalmente segregava e marginaliza os sujeitos que possuem diferenças, levando-nos ainda a romper com o ideal totalitário, por exemplo, a partir do trabalho colaborativo entre as equipes gestoras de educação especial que culminou no I Fórum. Recordando Libâneo (1984), a democratização da escola deveria transcender o acesso das camadas mais pobres da população, sendo necessário, democratizar o conhecimento. Para o autor:

A democratização da escola pública, portanto, deve ser entendida aqui como ampliação das oportunidades educacionais, difusão dos conhecimentos e sua reelaboração crítica, aprimoramento da prática educativa escolar visando à elevação cultural e científica das camadas populares, contribuindo, ao mesmo tempo, para responder às suas necessidades e aspirações mais imediatas (melhoria de vida) e à sua inserção num projeto coletivo de mudança da sociedade. (Libâneo, 1984, p. 12)

Passados 40 anos, o conceito de democratização da escola proposto por Libâneo permanece relevante nos dias de hoje. Isso é especialmente evidente no contexto da educação contemporânea, que ainda não conseguiu alcançar os princípios da democracia, o que tem um

impacto significativo na educação especial. A falta de democratização nas instituições educacionais reflete a falta de democracia na sociedade como um todo.

Sob uma perspectiva adorniana, este estudo tem como questão central a possibilidade de democratização da escola através da implementação do Programa Inclusão em Redes: formação humana e afirmação da diversidade na Região da Costa Verde/RJ a partir das trocas de experiências das redes participantes sobre o atendimento à educação especial. Nesse sentido, recorremos a Adorno:

Dever-se-ia formar uma consciência de teoria e práxis que não separasse ambas de modo que a teoria fosse impotente e a práxis arbitrária, nem destruísse a teoria mediante o primado da razão prática, próprio dos primeiros tempos da burguesia e proclamado por Kant e Fichte. (Adorno, 1995, p. 204-205)

A Teoria Crítica foi adotada como eixo central do estudo por alinhar-se à proposta de analisar a realidade educacional de forma contextualizada e transformadora. Pensar a educação é tarefa complexa que exige debate, pesquisa e criticidade. A perspectiva teórica deste estudo considera possibilidades de democratização da educação e da escola no processo de inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE), dentro do contexto histórico em que se apresenta, revelando a necessidade de problematizar as práticas educativas com a criação de espaços de debate sobre a temática da inclusão, tendo como foco as políticas públicas desenvolvidas pelos gestores das secretarias de educação.

Nesse sentido, criou-se o Programa Inclusão em Redes: políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade que foi coordenado por um professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sendo articuladora a estudante e orientanda do curso de mestrado em educação que realizou as pesquisas e análises deste estudo. Adotando a Teoria Crítica como lente na análise dos dados da pesquisa, entendemos a própria teoria como método deste estudo. Deste modo:

[...] não há sentido em qualificar esta pesquisa como quantitativa ou qualitativa, o que segundo a própria Teoria Crítica significaria enclausurar o objeto de estudo. Mas, para além dessa dimensão exclusiva, entender em que dimensão um diálogo entre a Teoria e a Práxis não oportuniza uma (re) significação de olhares para a pesquisa em si. (Damasceno, 2010, p. 125-126)

A perspectiva apresentada pelo autor rompe com a dicotomia entre abordagens quantitativas e qualitativas, permitindo compreender os dados não como meros registros objetivos, mas como expressões de processos históricos, sociais e políticos que precisam ser problematizados para que a inclusão avance de modo efetivo. Assim, durante a implementação do Programa Inclusão em Redes em 2020 foram realizados webinários com as representantes das secretarias municipais de educação, responsáveis pela educação especial, nos municípios

de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty, acerca do tema, para se obter conhecimentos sobre as realidades municipais e possibilitar a análise documental.

A produção de dados foi realizada por meio de procedimentos que articularam fontes primárias e secundárias, visando compor um panorama abrangente do objeto de estudo. Foram utilizados webinários previamente gravados e posteriormente transcritos, e a análise documental de materiais institucionais, como Projetos Políticos Pedagógicos, Planos Municipais de Educação, apresentações em slides e documentos emitidos pelas secretarias municipais de educação: Portarias, Resoluções e Diretrizes.

2. O FIO CONDUTOR QUE LEVOU AO “I FÓRUM DO PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES: POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, FORMAÇÃO HUMANA E AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE”

O Programa Inclusão em Redes: políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade surgiu como fruto de um projeto de pesquisa de mestrado em educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Sociais (PPGEDUC) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), fomentando uma ação político-pedagógica que proporcionasse às coordenações de educação especial dos municípios da Região da Costa Verde/RJ possibilidades de revisitar suas políticas, culturas e práticas e que, de forma conjunta, buscassem superar os desafios impostos historicamente à educação especial.

O Programa Inclusão em Redes foi realizado inicialmente em 7 (sete) webinários de junho a dezembro de 2020, período pandêmico da COVID-19. Foram participantes do programa as coordenadoras de educação especial dos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty, da região da Costa Verde (RJ), além de professores, pesquisadores e participantes do LEPEDI/UFRRJ. Sobre o período de pandemia, que foi sem precedentes para essa geração e que impactou o estudo, recorremos a Cardoso *et al.*:

Vivemos um tempo de transformação global, a Covid-19 alterou o cotidiano em quase todos os lugares, mexeu profundamente com a economia e com o modo de vida das pessoas. Serão necessárias adaptações nos espaços e nos recursos, mas principalmente uma mudança de atitude, que refletira a concepção de convivência universal, não só na infraestrutura das escolas, mas também e fundamentalmente no desenvolvimento de práticas de ensino-aprendizagem e nas relações humanas. (Cardoso; Taveira; Stribel, 2021, p. 516)

Na superação dos desafios impostos pelo isolamento social, os webinários, inicialmente planejados para serem seminários, foram reformulados para acontecerem de maneira virtual e favoreceram possibilidades para debates e reflexões sobre políticas municipais de educação especial nos sistemas de ensino participantes. Assim, Adorno nos esclarece que:

Aquele que quer transformar provavelmente só poderá fazê-lo na medida em que converter esta impotência, ela mesma, juntamente com a sua própria impotência, em um momento daquilo que ele pensa e talvez também daquilo que ele faz. (Adorno, 1995, p.185)

Buscando transformar a realidade que nos provoca o pensamento de Adorno, o Programa Inclusão em Redes foi estabelecido por Acordo de Cooperação Técnica¹, tornando possível a investigação das normativas educacionais da região; o estudo dos padrões da qualidade do ensino, a cooperação administrativa; o compartilhamento de responsabilidades e possibilidades de formular políticas visando obter resultados positivos no atendimento aos estudantes PAEE, rompendo com barreiras culturais e territoriais. Para Damasceno e Costa:

A cultura, ao dificultar ou obstar a experiência entre diferentes indivíduos na escola, no trabalho e em outras dimensões sócias, embrutece cada vez mais a sociedade, afirmindo a homogeneização dos indivíduos pela fragilidade de identificação com as diferenças sensórias, físicas e cognitivas, dentre outras. Isto acaba por tornar-se fonte geradora da violência e da manifestação do preconceito. (Damasceno; Costa, 2012, p.15)

Buscando romper com práticas excludentes e transformar a realidade em mais inclusiva, os dados produzidos por meio dos webinários foram analisados, discutidos e embasados pela lente da Teoria Crítica da Sociedade, com a contribuição de autores que discutem questões de políticas educacionais/políticas educacionais inclusivas. Os pensamentos de Theodor Adorno (1995) sobre barbárie, desbarbarização, conscientização e emancipação permearam as reflexões ao longo do trabalho.

O estudo permitiu o acesso a documentos que regulamentam as redes de ensino. Por meio da análise deles, foi possível constatar que embora as redes tenham semelhanças econômicas, geográficas e sociais, têm suas redes de ensino organizadas de formas muito distintas.

Pantaleão (2017) nos revela que a pesquisa em educação produz conhecimento e que, é o conhecimento que orienta a existência e conduz a humanidade na história. Considerando a afirmativa do autor, compreendemos que a educação especial da região locus do estudo teve a possibilidade de escrever uma nova história, compartilhada, participativa, e respeitadas as diferenças e singularidades, trabalharam conjuntamente na superação de seus desafios e com planejamentos de ações colaborativas que proporcionaram à modalidade obter resultados de sucesso na inclusão em educação.

¹ Importa saber que neste estudo os participantes, representantes das Secretarias Municipais de Educação assinaram Acordo de Cooperação Técnica visando a realização da Cooperação Técnico-Científica entre o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI/UFRRJ) e os sistemas municipais de ensino.

Com o objetivo de dar continuidade à colaboração entre os sistemas de ensino e entre os municípios participantes e a universidade, e fomentar conhecimentos e debates sobre o desenvolvimento do trabalho com educação especial no território da Costa Verde/RJ, foi sistematizado o I Seminário do Programa Inclusão em Redes, pautado em reflexões sobre os planos municipais de educação das redes participantes.

O I Seminário e a construção do Plano de Ação Intermunicipal de Educação Especial coadunam para a configuração da pesquisa-ação porque completa o ciclo com um planejamento colaborativo, onde todos têm voz nas tomadas de decisão; os participantes têm seus esforços voltados para a ação de efetivar um momento de debate coletivo; há a observação por parte da pesquisadora sobre todo esse movimento e não só dela, como também da observação atenta de todos(as) os(as) envolvidos(as), bem como a reflexão constante em todo o processo de cooperação entre as instituições. Corroborando Pacheco (2014):

Mas uma janela de esperança se abre sobre uma desoladora paisagem. Num cenário de mudança, novas construções sociais emergem de um sistema educativo doente, outra educação se mostra possível. E as comunidades de aprendizagem surgem, não como enfeite de tese, ou paliativo para a precária situação, mas como uma das possíveis alternativas à escola que ainda temos. (Pacheco, 2014, p. 25)

E assim, como nova construção social, política e pedagógica, o I Seminário do Programa Inclusão em Redes, considerado a materialização do estudo, aconteceu no dia 28 de abril de 2022, na Sala Marielle Franco do Instituto de Educação da UFRRJ/Seropédica, das 9h às 17h, e contou com a presença da Diretora do Instituto de Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IE/UFRRJ), do Prof. Orientador do estudo, das participantes deste estudo e de outros integrantes das equipes de educação especial das secretarias municipais de educação.

Durante o I Seminário, foi construído colaborativamente o Plano de Ação Intermunicipal de Educação Especial da Região da Costa Verde, que versa sobre a promoção de reuniões periódicas entre representantes gestores da educação especial das redes de ensino da Região da Costa Verde/RJ. O documento, que contém Quadro de Meta, estratégias e ações colaborativas, é composto por 15 (quinze) estratégias, das quais 13 (treze) foram extraídas dos Planos Municipais de Educação e 2 (duas) foram construídas pelo Programa, e 19 (dezenove) ações colaborativas para buscar o alcance da Meta 4 do PNE e dos Planos Municipais de Educação.

A estratégia 15 previa a realização do Fórum Intermunicipal de Educação Especial da Costa Verde/RJ, foco deste artigo, cujo objetivo foi concretizar ação conjunta para facilitar e fortalecer a articulação, de forma descentralizada e em redes, com desdobramentos em ações concretas para a consolidação da inclusão em educação na região da Costa Verde/RJ.

3. I FÓRUM DO PROGRAMA INCLUSÃO EM REDES: POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, FORMAÇÃO HUMANA E AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE.

O I Fórum do Programa Inclusão em Redes, realizado em 05 de dezembro de 2022, no município de Mangaratiba, foi organizado pela articuladora do Programa Inclusão em Redes e pela equipe da Diretoria de Educação Especial e Diversidade (DEED) da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (SMEEL), com financiamento desta última. Seu objetivo era fortalecer a articulação descentralizada e em rede, promovendo ações concretas para a consolidação da inclusão em educação na região da Costa Verde/RJ.

O evento contou com a presença dos representantes da coordenação especial dos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty, pesquisadores do LEPEDI/UFRRJ e membros de outros setores municipais, como o Programa Saúde na Escola (PSE), o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (COMPED) e a Secretaria Municipal de Assistência Social, além das equipes gestoras das escolas de Mangaratiba e da equipe técnica da SMEEL.

O Programa Inclusão em Redes conseguiu transcender não só os limites territoriais dos municípios, mas avançar para além dos muros da universidade e dos enormes abismos entre os diversos segmentos municipais. Corroborando com o estudo, trazemos as reflexões de Pacheco:

E não será apenas necessária uma reflexão sobre a escola, mas sobre a vida. Seres incompletos que somos, estaremos, inevitável e permanentemente, em projeto. Se o professor não se regenera, se não se interroga, se não encontra motivo para um projeto de transformação pessoal, se não pesquisa, o aluno não aprenderá a construir projetos mediados pelo professor, não aprenderá a planejar-se, não aprenderá a elaborar roteiros de pesquisa, não saberá pesquisar. (Pacheco, 2014, p. 78-79)

No sentido de promover a reflexão sobre a escola que nos indica o autor, a mesa de abertura do I Fórum contou com as autoridades locais que tiveram falas importantes de reconhecimento e de valorização de espaços democráticos e diálogos horizontais para que a educação especial tivesse destaque e prioridade nas políticas públicas educacionais. Na pauta:

Quadro de Atividades do I Fórum do Programa Inclusão em Redes

HORÁRIO	ATIVIDADE
9 h	Boas-vindas e introdução do Tema com a Mestre de Cerimônia
9 h 10 min	Composição da mesa e Hinos Nacional e Municipal
9 h 20 min	Fala dos componentes da mesa e desconstrução da mesa
9 h 40 min	Apresentação Cultural com dança Realizada por estudante com deficiência da rede municipal de ensino de Mangaratiba
10 h	Apresentação dos membros da equipe da DEED/SMEEL
10 h 10 min	Prof. Dr. E Vice coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação, Diversidade e Inclusão (LEPEDI) Palestra Tema: <i>O lugar da Universidade na Políticas Públicas e Práticas de Educação Especial</i>
11 h 20 min	<i>Coffee break</i> Pesquisadora do LEPEDI
11 h 40 min	Palestra Tema: Programa Inclusão em Redes: políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade Pesquisadora do LEPEDI
12 h 30 min	Palestra Tema: Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva dos Direitos Humanos
13:30 h	Coordenadora de Educação Especial de Angra dos Reis Palestra Tema: Apresentando o Trabalho da Coordenação de Educação Especial de Angra dos Reis
14 h	Agradecimentos e Encerramento

Fonte: Folder do Fórum

O I Fórum contou com palestra com o tema “O lugar da Universidade nas Políticas Públicas e Práticas de Educação Especial”, destacando a universidade a partir de suas três dimensões constitutivas: ensino, pesquisa e extensão. O professor enfatizou a grande contribuição na operacionalização das políticas de inclusão educacional. Destacou duas esferas:

1. A formação inicial e continuada de professores e demais agentes educacionais;

2. A produção de conhecimento por meio de projetos de pesquisa e de extensão.

Em sua fala, o Professor Palestrante destacou a necessidade de que a formação dos profissionais seja voltada para a inclusão de pessoas com deficiência no sistema regular de educação, como, por exemplo, na formação inicial por meio das licenciaturas e demais cursos de graduação, e na formação continuada ou formação em serviço.

Foi promovido debate sobre a produção do conhecimento, com ênfase na revisão de conceitos e noções referentes ao campo dos estudos da deficiência. Apresentou-se exemplos como o modelo social da deficiência e a medicalização da infância e da educação, com problematização e profunda reflexão sobre as abordagens.

Falou-se ainda sobre a racionalidade da medicalização e sua relação com o mercado e a indústria farmacêutica e foi dado destaque ao lugar das pesquisas aplicadas, com elucidações, de maneira muito didática, sobre a avaliação das inúmeras experiências de ensino para alunos com deficiências e sobre a relevância da pesquisa-ação. Glat e Pletsch aparecem como referências no assunto:

Na avaliação das inúmeras experiências ensino para alunos com deficiências em curso, apreciando diferentes condições de aprendizagem, seja individualmente ou em grupos, e abordando tanto as escolas/instituições/classes especiais, quanto turmas inclusivas.

Na valorização da pesquisa-ação, metodologia voltada à transformação de uma situação do campo. Neste contexto inserem-se o desenvolvimento de métodos e técnicas inovadoras que possam ser levadas a cabo no próprio espaço escolar ou laboral. Ou seja, investigar e experimentar formas inovadoras para promover a aprendizagem e inclusão social no cotidiano. (Glat; Pletsch, 2010, p. 351)

Partindo das reflexões acerca das citações, buscou-se sensibilizar a plenária para a importância do fortalecimento da relação entre as redes municipais de ensino e a universidade, reafirmado a importância do compromisso da universidade com o campo da inclusão, elencando como eixos principais:

- Fomentar redes de parcerias, ações e políticas;
- Monitorar e avaliar a aplicação das políticas públicas de educação (inclusiva);
- Ampliação das noções relativas à deficiência no meio científico e, principalmente, social (transformação cultural);
- Formação de pessoal qualificado.

Na sequência, os participantes puderam conversar, trocar contatos e confraternizar. É válido registrar, que esses momentos têm igual importância aos das palestras e debates em plenárias, porque consideramos que assim se estabelecem relações que se tornam, além de profissionais, afetivas, fortalecendo os vínculos, entre os profissionais dos municípios participantes e os pesquisadores do LEPEDI, que se consolidam mais fortes e duradouros e favorecem sobremaneira as ações políticas e pedagógicas conjuntas.

O segundo momento do Fórum teve início com a fala da Professora Ma. que apresentou o Programa Inclusão em Redes: políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade, visto a importância da parceria já estabelecida entre os municípios, porém sendo este o primeiro momento com a participação dos profissionais das escolas da rede de Mangaratiba, bem como de outros segmentos. Trazendo Pacheco:

Mas há esperança, meu amigo! Vemos surgir projetos concebidos por educadores que não se consideram funcionários de uma prefeitura e assumem ser cocriadores de comunidades. E que não querem ser “tias”, para que a função de guardar crianças não provoque a dissolução de relações familiares e sociais. (Pacheco, 2014, p. 80)

A Professora discorreu sobre a criação do projeto de pesquisa; o processo de implantação e assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica entre os municípios e o LEPEDI; os objetivos do Programa; as questões de estudo; procedimentos e coleta de dados; explanou sobre o tema de cada webinário e suas pautas; falou sobre a materialidade do estudo - I Seminário do Programa Inclusão em Redes; apresentando ainda o “Plano de Ação Intermunicipal de Educação Especial da Região da Costa Verde 2022-2025”.

A palestra teve um aspecto muito visual já que apresentou cada etapa com fotos, tornando mais interativo o compartilhamento dos registros da implementação do Programa Inclusão em Redes.

O Programa foi apresentado em sua integralidade, o calendário foi seguido fielmente em 2022 e todas as reuniões ocorreram normalmente após o I Seminário e término do mestrado. Foram elencados os resultados do trabalho colaborativo entre os sistemas de ensino e a UFRRJ através do LEPEDI com as participações:

1. Participação do Coordenador do LEPEDI no II Seminário de Valorização da Pessoa com Deficiência em Mangaratiba em maio de 2022.
2. Palestra sobre Inclusão Escolar e Educação Especial para a equipe técnica da Secretaria de Educação de Paraty em julho de 2022, feita pela pesquisadora do LEPEDI.
3. Palestra no II Seminário de Diferenças e Inclusão em Mangaratiba em setembro de 2022, por pesquisadora do LEPEDI.
4. Palestra no III Encontro do Projeto Práticas Inclusivas em Evidência em Mangaratiba em outubro de 2022, por pesquisadora do LEPEDI.
5. E as palestras do próprio Fórum que contou com 3 (três) pesquisadores do LEPEDI.

É válido o registro que todos os palestrantes citados na parceria, como resultado do Programa Inclusão em Redes, são pesquisadores do LEPEDI/UFRRJ, nos apontando a importância de pesquisa-ação em prol das políticas educacionais.

A Professora encerrou sua fala apresentando um calendário de reuniões do Programa para o ano de 2023 e os desafios do Programa, elencando aspectos de atenção:

- Adesão de outros setores das secretarias de educação;
- Recursos financeiros;
- Compromisso com prazos; e
- Abrangência do Programa em outros municípios.

Na sequência, foi a vez de compartilhar e aprofundar conhecimentos com a Palestra Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva dos Direitos Humanos. A Professora Palestrante trouxe para o debate a sua vasta experiência no chão da escola e um longo e reconhecido trabalho com estudantes com deficiência, o que atraiu a atenção da plenária que se reconhecia na narrativa.

Uma provocação inicial foi feita com a pergunta “Para onde vai a educação?” Favorecendo a reflexão de como a escola era concebida inicialmente negando o acesso a todos e todas e de como foi se transformando para atender aos novos grupos revisitando aspectos como: “organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliação e outros.”

A palestrante conceitua inclusão e discorre sobre como estruturar uma sociedade inclusiva por meio da educação e chama atenção para a compreensão da inclusão como processo escolar.

Destaca documentos com a Declaração Universal dos Direitos Humanos; a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e faz diferenciação entre a deficiência nos modelos clínico e social. Levou para o debate a deficiência no panorama mundial de acordo com dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

No panorama nacional destacou a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 e apresentou quadro da Organização da Educação Brasileira de acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN 9394/96).

Como ações internacionais que impactam a educação especial, a Professora apresentou recortes da Declaração de Incheon (Coreia do Sul) – 2015 - a AGENDA 2030, destacando ainda os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - 2015/2030.

Foram elencados marcos históricos e normativos mundiais e nacionais de 1948 a 2015, enfatizando o avanço com a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Relatou diversas experiências com as quais os profissionais se identificavam, ficando acordado um breve retorno ao município para aprofundamento de todas as questões levantadas.

Finalizando as apresentações do Fórum a Coordenadora de Educação Especial do município de Angra dos Reis apresentou a “Educação Especial/Inclusiva na Rede Municipal de Ensino” e a estrutura organizacional; o panorama com o total, naquele momento, de 673 de alunos com deficiência incluídos na rede regular de ensino.

Discorreu-se sobre o objetivo da educação especial municipal que está em consonância com a Política Nacional. Apresentou-se a Assistência de Educação Especial (AEES) e o

organograma; falou-se da Coordenação de Triagem Multidisciplinar e da Equipe Multiprofissional (que estava presente no Fórum); falou-se do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

Foram destacados aspectos como:

- A Escola Municipal de Educação de Surdos (EMES) que realiza trabalho pedagógico para alunos surdos, desde a Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental;
- O Centro de Apoio Pedagógico à Pessoa com Deficiência Visual (CAP) que tem por objetivo geral oferecer formação continuada e apoio pedagógico nas áreas da deficiência visual para professores/alunos/familiares/comunidade;
- A Unidade de Trabalho Diferenciado TEA (UTD) que desenvolve trabalho especializado para estudantes com Transtorno do Espectro Autista;
- A Unidade de Trabalho Diferenciado Altas Habilidades e Superdotação (UTD) que desenvolve trabalho especializado com enriquecimento curricular para estudantes com altas habilidades e superdotação, nas áreas de linguagem, robótica e arte;
- A Unidade de Referência para o Atendimento Educacional Especializado Professora Valéria dos Santos Santos (URAAE) que se destina ao atendimento dos estudantes e suas famílias da rede de ensino pública municipal de educação.

Houve oportunidade de troca entre os profissionais, que fizeram muitas perguntas, evidenciando diferenças na organização das redes de ensino. As representantes do município de Paraty, embora presentes, optaram por se abster de falar.

O I Fórum do Programa Inclusão em Redes: políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade foi encerrado às 14h, do ponto de vista dos organizadores e participantes, cumprindo seu objetivo na busca da consolidação da inclusão em educação na região da Costa Verde/RJ, estratégia 15 do Plano de Ação Intermunicipal de Educação Especial da Região da Costa Verde/RJ.

Apesar das informações minuciosas sobre o I Fórum, consideramos relevante apresentá-lo integralmente, uma vez que sua realização demandou um planejamento cuidadoso e colaborativo para contemplar a diversidade de temas abordados pelos organizadores, pesquisadores e participantes. Uma descrição detalhada de sua estrutura e conteúdo pode representar de forma fiel toda a produção de conhecimento ali construída e, quem sabe, inspirar outros profissionais a trilharem caminhos semelhantes na superação dos desafios da inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Convictos de que somos resistência à educação que segregava, e analisando nosso objeto de estudo pautados nos pensamentos de Theodor Adorno e outros teóricos, à luz da Teoria Crítica da Sociedade, consideramos que as redes municipais de ensino inovaram com o Programa Inclusão em Redes: políticas de educação especial, formação humana e afirmação da diversidade, abraçando uma proposta de uma pesquisa-ação vinculada ao LEPEDI/UFRRJ

e caminham colaborativamente na busca da superação dos seus desafios. Comprovando a importância do papel das universidades nas provocações feitas a partir da pesquisa para que as instituições educacionais possam revisitá-las suas políticas, revelando suas fragilidades e suas potencialidades e redirecionando suas práticas educativas. Nas palavras de Adorno:

Em cada momento, a teoria crítica confrontaria a realização mais ou menos bem sucedida da experiência formativa com sua "ideia", com o conceito de uma formação verdadeiramente realizada. A experiência formativa seria, nestes termos, um movimento pelo qual a figura realizada seria confrontada com sua própria limitação. (Adorno, 1995, p. 23-24)

Acreditamos que o I Fórum do Programa Inclusão em Redes, somado às ações que vêm sendo desenvolvidas por meio do Programa, e coordenadas pelo LEPEDI em parceria com as redes de ensino, contribuem sobremaneira para experiências formativas como as que nos apresenta Adorno, sendo confrontadas por suas próprias práticas, por seus êxitos e insucessos, e vem ganhando potência com o trabalho colaborativo.

Percebemos de forma muito objetiva e positiva que o I Fórum do Programa Inclusão em Redes representa efetivamente a consolidação e o fortalecimento de uma rede de trocas de experiências, estudos e ações colaborativas. Pantaleão considera que:

Trabalhando nessa direção, temos compreendido que a investigação no campo educacional demanda, entre outros aspectos, a adoção de uma abordagem teórico-metodológica que, durante a própria pesquisa, colabore na instituição de processos que possibilitem aos sujeitos envolvidos fazer leituras críticas sobre as situações e acontecimentos com os quais estão implicados. Em outros termos, o trabalho investigativo tem-se configurado para nós como uma possibilidade de promover processos contínuos de produção de conhecimento e formação-autoformação em contexto. (Pantaleão et al, 2017, p.134)

Refletindo sobre a responsabilidade da investigação no campo educacional da qual nos fala Pantaleão (2017) e à luz dos pensamentos de Adorno (1995) esse estudo analisou o I Fórum do Programa Inclusão em Redes reconhecendo como uma importante ação territorial voltada para a educação especial de três redes municipais de ensino.

Consideramos ainda que o Programa Inclusão em Redes é revelador dos caminhos para onde querem conduzir a educação especial da região da Costa Verde/RJ. A realização do I Fórum nos possibilita refletir criticamente sobre as concepções que as redes têm e, respeitando suas especificidades, têm demonstrado, através de suas coordenações, que vêm buscando encontrar equilíbrio no diálogo que têm sido realizados desde 2020 para o desenvolvimento no atendimento aos estudantes da educação especial.

Consideramos urgente a transformação para uma sociedade que não produza práticas de exclusão, e em nossas considerações não podemos nos desvincular das condições sociais, históricas e nossas experiências recentes com um governo fascista. Vilaronga afirma que:

Apesar de mencionada em diferentes documentos oficiais a importância da construção de uma cultura colaborativa entre os profissionais envolvidos, um dos entraves para a efetivação da política de inclusão escolar tem sido o baixo investimento em contratação de profissionais especializados, professores especializados e/ou equipes multidisciplinares para apoio na sala comum. (Vilaronga, 2014, p. 34)

Os desafios citados por Vilaronga se tornaram ainda maiores nos anos de 2018 a 2022 quando as políticas de inclusão escolar sofreram ataques, momento difícil para mobilização de movimentos que se apoiam em prol de uma educação que inclua a todos e todas, sendo possível concluir que o Programa Inclusão em Redes é um ato de resistência!

A instituição de uma rede de estudos, pesquisas, trocas de experiências e realização de ações colaborativas foi concretizada através do Programa Inclusão em Redes. Esse programa se estabeleceu como uma ponte fundamental na comprovação da viabilidade, necessidade e benefícios do trabalho colaborativo. Tal validação foi respaldada pela construção do Plano de Ação Intermunicipal de Educação Especial da Região da Costa Verde vigente até 2025.

A expectativa com esse estudo é fomentar o debate sobre a democratização do ensino através do trabalho colaborativo entre as redes participantes, que pode contribuir efetivamente para uma sociedade melhor, mais inclusiva, livre de amarras e preconceitos.

Compreendemos as percepções registradas nesse artigo como possibilidades de contribuição acadêmica e de reflexão para que redes municipais de ensino, possam estabelecer diálogos, reflexões e debates lineares na busca incessante de encontrarem formas de resistência e de desbarbarização da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, 3^a edição, Editora: Paz e Terra, 1995.
- BRASIL. **PNE em movimento**: Base Legal. Disponível em: Acesso em: 13 de abr. de 2021.
- CARDOSO, A. A.; TAVEIRA, G. D. M.; STRIBEL, G. P. **Educação especial no contexto de pandemia**: reflexões sobre políticas educacionais. Revista Teias, v. 22, n. 65, pp. 510-518, abr. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/50005>. Acesso em: 06 de jul. de 2023.
- DAMASCENO, A. R. **Educação Inclusiva e Organização da Escola**: Projeto Pedagógico na Perspectiva da Teoria Crítica. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da FE/UFF, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação, 2010.
- DAMASCENO, A. R.; COSTA, V. A. **Políticas Públicas de Educação e Inclusão**: Sociedade, cultura e formação. RJ: EDUR, 2012.
- GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Educação Especial na perspectiva inclusiva**: determinantes econômicos e políticos. Comunicações, v. 23, n. 3, p. 7-26, 2016.
- GLAT, R; PLETSCH, M. D. **O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva**: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. Rev. Educ. Espec., Santa Maria, v. 23, n. 38, p. 345-356, set./dez. 2010. Disponível em:<<https://www.redalyc.org/pdf/3131/313127410002.pdf>> Acesso em: 14 de fev. de 2023.
- LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1984.
- MACHADO, R; MANTOAN M. T. **Educação e Inclusão, Entendimento, Proposições e Prática**. EDIFURB, 2020, p. 29.
- MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas Escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11 n. 33 set./dez. 2006. p.387-405.

PACHECO, José. **Aprender em comunidade**. 1^a. ed. São Paulo: Edições SM, 2014.

PANTALEÃO, E.; SOBRINHO, R. C.; GOMES, N. R. DO N. **A Pesquisa-Ação Colaborativo-Crítica como Perspectiva Teórico-Metodológica**: produção de conhecimento e formação-autoformação em contexto. *Reflexão e Ação*, v. 25, n. 3, p. 131-146, 9 set. 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/9723>. Acesso em: 06 de jul. de 2023.

VILARONGA, C.A.R. **Colaboração da educação especial em sala de aula: formação nas práticas pedagógicas do ensino**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014, 216 f.

@revistaeai

revistaeducacao
arteinclusao@
gmail.com

(48) 3321-8314

revista
eai educação,
artes &
inclusão